



Projeto de Lei nº 026/2019

Origem: Poder Executivo

**EMENTA. ABONO. PARCELA ÚNICA. AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. LEGALIDADE.**

RELATÓRIO

Esta Assessoria Jurídica passa a emitir parecer, de ofício, sobre o projeto de Lei nº 026/2019, protocolado nesta Casa legislativa, que autoriza o Poder Executivo municipal a conceder abono, em parcela única, aos agentes comunitários de saúde que tenham exercido a função em setembro de 2017, e dá outras providências.

ANÁLISE JURÍDICA

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtrai-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

Trata-se de projeto de Lei que visa a concessão de abono aos agentes comunitários de saúde, em parcela única, referente ao exercício anual de 2017

O abono em questão decorre de repasse do Governo Estadual, proveniente de transferência da união. Encontra respaldo na Portaria nº 391/2016, da Secretaria Estadual de Saúde, cabendo ao Município estabelecer a forma de rateio do incentivo:

Portaria nº 391/2016 – Secretaria Estadual da Saúde

Art. 1º – Criar o Incentivo Financeiro Estadual Adicional à Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – EACS ou Estratégia Saúde da Família - ESF com Agente Comunitário de Saúde, no valor do repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União.

§ 1º - Os recursos financeiros serão transferidos, em duas parcelas durante o ano, nos meses de junho e novembro e repassados conforme disponibilidade do Tesouro Estadual, do Fundo Estadual de Saúde diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, aos municípios que possuem ACS implantados, conforme a Portaria MS 2.488/2011;

§ 2º - O valor de cada parcela corresponderá a 50% valor do repasse do recurso da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União;

§ 3º - O repasse do incentivo será realizado com base no número de Agentes Comunitários de Saúde Implantados de acordo com dados do "Histórico de Cobertura de Saúde da Família do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde"(DAB/MS). Será considerado para isto o maior número de ACS implantados na competência janeiro ou fevereiro ou março, referente à primeira parcela, e na competência julho ou agosto ou setembro, para a segunda parcela de cada ano.



Art. 2º - Excepcionalmente no ano de 2016 o repasse do incentivo será realizado com base no número de Agentes Comunitários de Saúde Implantados de acordo com dados do "Histórico de Cobertura de Saúde da Família do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde" (DAB/MS) na competência setembro/2016 e repassado em parcela única no mês novembro/2016, conforme disponibilidade do Tesouro Estadual, do Fundo Estadual de Saúde diretamente aos Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º - O incentivo deve ser utilizado para o custeio da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde ou Estratégia Saúde da Família - ESF com Agente Comunitário de Saúde - ACS.

§ 1º - Considerando a importância do trabalho do ACS para a qualificação da Atenção Primária em Saúde, recomenda-se que o valor do incentivo seja repassado integralmente ao ACS, a título de prêmio ou bonificação, devendo o município criar lei municipal específica para este fim;

§2º- Deverá o gestor municipal submeter ao Conselho Municipal de Saúde a deliberação quanto ao uso do recurso.

Art. 4º - A prestação de contas dos recursos recebidos pelo município será realizada por meio do Relatório de Gestão Municipal de Saúde, conforme dispõe a legislação.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, notadamente a Portaria 892/2012.

Esclarece a justificativa do projeto de lei, que estes recursos foram repassados em duas parcelas, sendo a primeira em maio de 2018, na ordem de R\$ 5.779,80, e a segunda no dia de ontem, 11/06/2019, no valor de R\$ 5.298,15, totalizando, assim, o montante de R\$ 11.077,95 que servirão para o pagamento de um abono salarial, em parcela única, aos Agentes de Saúde que exerciam essa função junto às Equipes de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde na data base setembro/2017, sendo R\$ 923,16 para cada um dos 12 agentes vinculados ao programa naquela data (setembro/2017).

Desta forma, o projeto de lei vem ao encontro da Portaria vigente, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul – daí a legalidade do projeto.

É o modesto parecer, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

CONCLUSÃO

Material e formalmente adequado o projeto de lei, segue favorável o parecer.
Contudo, à Vossa consideração.
Passa Sete, 17 de junho de 2019.

ELIANA WEBER
Assessora Jurídica
OAB/RS 60.217